



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DA BAHIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DOUGLAS BORGES E SILVA DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: PERCALÇOS E POSSIBILIDADES
NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.**

JACOBINA - BA
2015

DOUGLAS BORGES E SILVA DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: PERCALÇOS E
POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Educação Física,
Universidade do Estado da Bahia como requisito
parcial para obtenção de título de Licenciado em
Educação Física.

Orientador: Profº Ms. Osni Oliveira Noberto
da Silva

JACOBINA - BA
2015

Dedico este trabalho aos meus pais por todos os empenhos e dificuldades vencidas, que com os seus ensinamentos me fizeram acreditar na fé, pois é o melhor caminho para alcançar nossos objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais a todos aqueles que direta ou indiretamente conspiraram para que este sonho tornasse realidade.

A Deus, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que incentivaram a minha formação durante esse processo.

A Minha Família, meus pais João Lins e Dalva Borges, meus irmãos Danilo, Lilian e Lívia, meus avós, meus tios, pelo apoio, incentivo e cooperação, para enfrentar as batalhas para que chegasse esse dia.

Ao meu orientador, professor Osni Oliveira pela sua dedicação na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores do curso, em especial a Prof. Alexandra Amorim, que foram tão importantes para o desenvolvimento da minha vida acadêmica, pessoal e profissional.

Aos amigos, conquistados do curso de Educação Física na Universidade Estadual da Bahia, campus IV, que estiveram comigo neste percurso, em especial Agenor, Alan, Edivan e Raimundo.

A minha grande amiga Angra Lacerda que em todos esses anos me ajudou e me incentivou nessa jornada.

Aos compadres amigos e irmãos, Jocy e Lucas, por ajudarem a enfrentar e partilhar comigo dificuldades e alegrias.

E a todos que por falta de espaço ou memória de quem vos escreve não foi citados.

A todos MUITO OBRIGADO!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar como a formação para inclusão está ocorrendo no curso de Licenciatura em Educação Física na Uneb – Campus IV, considerando a análise da matriz curricular, da Resolução CNE/CP 1/2002, da Resolução nº 1508/2012 e da Lei nº 10.436/2002, além das ações existentes no curso com relação a essa temática. Inicialmente, faz-se um apanhado histórico relacionado à consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, ao tratamento sociocultural e a inserção destas na educação em geral e na educação física. Considerando tais análises, utiliza-se o método de análise de conteúdo, explorando as categorias de deficiências: educação especial, inclusão, pessoas com necessidades especiais, entre outras, para alcançar os objetivos propostos. Dessa forma, reflete-se a formação do graduando no curso de Licenciatura na mencionada instituição de ensino, ponderando algumas iniciativas já existentes que visam mudanças na concepção da inclusão de pessoas com deficiência, partindo-se da premissa de que, embora o tema seja emergente, existem poucos estudos que retratam a questão do currículo, questionando-se a possibilidade e viabilidade de estruturar uma grade curricular onde todas as disciplinas contemplem a capacitação ideal para inclusão.

Palavras-chaves: Currículo; Educação Física; Inclusão; Pessoas com Necessidades Especiais.

ABSTRACT

This study aims to investigate how the training is going to be included in the Bachelor's Degree in Physical Education UNEB - Campus IV, considering the analysis of the curriculum, the CNE / CP 1/2002, of Resolution No. 1508/2012 and of Law No. 10.436 / 2002, in addition to the existing shares in the course regarding this subject. Initially, it is a historical overview related to the consolidation of the rights of persons with disabilities, the sociocultural treatment and the inclusion of these in education in general and physical education. Considering these analyzes, we use the content analysis method, exploring the categories of disability: special education, inclusion, people with disabilities, among others, to achieve the proposed objectives. Thus reflects the formation of the student in the Bachelor's Degree in the mentioned educational institution, considering some existing initiatives to changes in the design of including people with disabilities, starting from the premise that, although the theme is emerging there are few studies that portray the issue of curriculum, questioning the possibility and feasibility of structuring a curriculum where all subjects contemplate the ideal qualification for inclusion.

Keywords: Curriculum; Physical education; Inclusion; People with Special Needs.

LISTA DE SIGLAS

- AACD – Assistência à Criança Defeituosa
- CBEF – Congresso Baiano de Educação Especial
- CEAOS – Colégio Estadual Artur Oliveira
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- CES – Conselho Estadual de Saúde
- CFE – Conselho Federal de Educação
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CONSU – Conselho Nacional de Saúde Suplementar
- DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física
- EAD – Educação a Distância
- FFPJ – Faculdade de Formação de professores de Jacobina
- GEPEFA – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Especial e Educação Física Adaptada
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MEC – Ministério de Educação e Cultura
- ONU – Organizações das Nações Unidas
- PIEF – Pesquisa e Intervenção em Educação Física
- PPP – Pesquisa e Prática Pedagógica
- PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
- SEIP – Seminário de Educação Inclusiva do Piemonte da diamantina
- UNEB – Universidade Estadual da Bahia
- TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	11
2.1 Acatamentos legais	11
2.2 Acatamentos históricos	15
2.3 Etapas da educação de pessoas com deficiência	18
2.4 Educação Física e as pessoas com deficiência.	20
3 METODOLOGIA	23
3.1 Caracterização da pesquisa documental:.....	23
3.2 Procedimentos Metodológicos:	24
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	26
4.1 Apresentação do curso e o seu perfil	26
4.2 Análise da matriz curricular	29
4.3 Análises das disciplinas.....	33
5 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata-se de uma temática da formação profissional em Educação Física para atuar com a inclusão de alunos com deficiência, que será realizada visando à conclusão do curso de Graduação de Licenciatura em Educação Física na Universidade Estadual da Bahia – UNEB.

O tema selecionado para essa pesquisa se baseia em aspectos da minha história enquanto estudante do ensino médio no Colégio Estadual - CEAOS, no qual ingressei no ano de 2005, na 7^o série do ensino fundamental, na cidade de Antônio Gonçalves – BA, onde pude vivenciar as mesmas experiências com os colegas de turma.

Em 2009, no último ano do ensino médio, deparei-me com uma realidade: nas aulas de Educação Física não existia inclusão, pois havia um aluno com deficiência na turma e o processo para incluir o mesmo não acontecia. Deparamo-nos várias vezes com esse fato: durante as aulas o professor deixava os alunos a vontade para fazer qualquer tipo de atividade física, não parecendo ter nenhuma metodologia específica. No entanto, para ter a participação do aluno deficiente, alguns colegas permaneciam com ele, conversando durante as aulas, assim acontecia o processo para tentar incluí-lo.

No ano de 2011, quando ingressei na Graduação em Educação Física, os quatros primeiros semestres determinaram a minha escolha, pois não tinha tido ainda nenhuma aproximação com o tema, mas já despertava em mim o interesse em trabalhar com inclusão de alunos com deficiência. Já no 5^o semestre me encantei pelo processo da inclusão destes e apostei em pesquisar algo que ligasse Educação Física e Inclusão e, assim, contribuir para o meu processo de aprendizagem.

A Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, conhecida também como a Convenção da Guatemala, realizada em 1999, conceitua deficiência como restrição física, mental ou sensorial, permanente ou temporária, que restringe a capacidade de exercer as atividades da vida diária (FÁVERO, 2007).

Segundo Rocha (2000), a compreensão da pessoa com necessidades educativas especiais sofreu transformações no decorrer do processo histórico que repercutiram na sua conscientização e encaminhamento educacional.

Outrossim, atualmente, a ONU estima que tenham cerca de 600 milhões de pessoas com deficiência no mundo. Bernardes (2009) aduz que no Brasil, no censo de 2000, 14,5% da população afirmou ter algum tipo de deficiência, o que corresponde a 24,6 milhões de pessoas. Ademais, segundo o IBGE (2000), na Bahia os números indicam que 15,6% da população têm alguma deficiência.

Os dados antecedentes ao censo de 2010 indicam que houve um aumento nesses 10 anos no número de pessoas com deficiência no Brasil. Atualmente este número chega a 45 milhões de pessoas ou 23,9% da população do país.

O paradigma da inclusão, ratificado na Declaração de Salamanca em 1994, abriu possibilidades para uma Educação integral, em que alunos com deficiência sejam educados lado a lado com alunos sem deficiência.

Sabe-se que esse paradigma já está sendo fragmentado, possibilitando aos alunos com deficiência serem educados no ensino regular, e, conseqüentemente, propiciando um novo olhar na concepção da forma de ensinar, para que possa ocorrer inclusão, sendo necessário identificar a realidade social e as necessidades individuais dos alunos, permitindo que o professor tenha uma metodologia para incluir os mesmos, pois no processo de inclusão escolar, em sentido amplo, é a prática desse profissional que vai permitir a compreensão em torno da complexidade da inclusão.

Diante do exposto, pretende-se que este seja mais um instrumento de reflexão ao proporcionar subsídios que permitam a superação dos problemas no procedimento de aprendizagem dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

No entanto, não é tarefa fácil proporcionar esse novo olhar, numa época em que é incomum, a presença de profissionais graduados na área trabalhando com esse público. É de responsabilidade do professor apresentar opções para a melhor condução, atendendo os seus alunos com deficiência e oferecer-lhe ensino de qualidade e confiabilidade.

Com isso, esse estudo tem como aporte metodológico a abordagem qualitativa, onde através da análise documental buscamos esclarecer ao seguinte problema de pesquisa:

Como está se dando a formação para inclusão no curso de Educação Física da Uneb – Campus IV?

Conseqüentemente, a esta questão problema está vinculado o seguinte objetivo geral:

Investigar como a formação para inclusão está ocorrendo no curso de Educação Física da Uneb – Campus IV.

Para que o objetivo geral seja cumprido, alguns objetivos específicos são necessários no percurso da pesquisa:

Identificar nos documentos do curso a preocupação com a formação para a inclusão de alunos com deficiência.

Verificar quais as ações existentes no curso que diz respeito a formação para inclusão.

Assim, o presente estudo justifica-se não só por contribuir para o aumento do conhecimento científico sobre o tema, mas também por provocar uma análise e reflexão dos dados relatados pelos envolvidos, tendo em vista a importância dos professores de Educação Física para o aluno com deficiência, e assim terem sucesso no processo da inclusão educacional.

Dessa maneira, entende-se que a importância deste trabalho está em apresentar determinados incentivos para Educação Física no debate da inclusão.

Para tanto, esta monografia está organizada em cinco capítulos, já ponderando esta discussão introdutória do processo de investigação desenvolvido.

O capítulo II trata da discussão do referencial teórico acerca da importância histórica em relação à educação para pessoas com deficiência. Expondo a fundamentação legal dos órgãos internacionais e do Ministério da Educação (MEC) sobre inclusão de pessoas com deficiência.

No capítulo III é exposto o percurso metodológico da pesquisa, o processo de coleta de dados e análise dos dados, entre outros elementos.

No capítulo IV é iniciado o processo do estudo, o processo de coleta e análise dos dados e o diálogo com a questão principal e os objetivos.

2 FUNDAMENTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1 Acatamentos legais

No presente capítulo são apresentados alguns aspectos legais consolidados no decorrer do tempo, desde a primeira Declaração dos Direitos Humanos até a última legislação referente aos direitos das pessoas com deficiência.

Segundo a ONU, estima-se que tenha cerca de 650 milhões de pessoas com deficiência no mundo, o que equivale a 10 % da população global. Ademais, estima-se que 80 por cento dessas pessoas convivem em países em desenvolvimento. No Brasil, no censo de 2010, 23,9 por cento da população declarou possuir algum tipo de deficiência, o que corresponde a 45,6 milhões de pessoas. Na Bahia os números apontam que 25,39 por cento da população tem alguma deficiência (IBGE, 2010).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi estabelecida em 1948 com a intenção de promover o respeito aos direitos humanos como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações. O artigo 1º afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espíritos de fraternidade”. Ainda, o artigo 2º especifica:

todo o ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

A Declaração de Educação para Todos, de Jomtien, concretizada em 1990, objetiva que a Educação seja a base para o desenvolvimento humano constante e o desenvolvimento dos valores culturais e morais comuns, afirmando, particularmente no artigo 1º, “que as pessoas, sejam criança, jovem ou adulto, devem ter condições educacionais voltadas para satisfazer as suas necessidades básicas de aprendizagem”. Diante disso, atendendo aos mesmos, o ser humano terá total capacidade para sobreviver e desenvolver plenamente suas potencialidades, com objetivo de ter uma qualidade de vida, trabalhar com dignidade, podendo participar plenamente do seu desenvolvimento e tomar as suas decisões.

A Declaração de Salamanca realizada em 1994 na Espanha, preceitua que os “Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional”. Tal Declaração parte do princípio de que as escolas devem se adaptar a uma metodologia que busque incluir todas as crianças e jovens independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas, entre outras, tendo a capacidade de abranger tais necessidades, recomendando, também, que as estas instituições tenham um currículo multifuncional e gestão escolar mais compreensiva, estabelecendo programas educacionais, com orientação inclusiva, com a finalidade de combater qualquer maneira de discriminação, apontando a necessidade de capacitar os professores para terem um maior entendimento quanto ao processo de ensino-aprendizagem de crianças e jovens com deficiência.

A Convenção Interamericana ou Convenção da Guatemala vem com o objetivo de eliminar, de todas as maneiras, o preconceito contra pessoas com deficiências, que tem a compreensão da deficiência como restrição física, mental e sensorial, sendo permanente ou temporária, que impeça a disposição de exercer as atividades da vida diária. Tal Convenção foi criada em 1999 (FÁVERO, 2007).

Os fatores sociais, ambientais e econômicos são pontos muito importantes na Convenção da Guatemala, pois a mesma define como discriminação contra as pessoas com deficiência toda a diferenciação, exclusão e restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada.

Além destes, a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, realizada em 2001, trouxe como principal objetivo “a participação de todos, identificar e implementar soluções de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e úteis”. Ademais, buscou convocar governantes e diferentes segmentos da sociedade civil organizada, com o propósito de potencializar o desenho inclusivo em todos os ambientes, afirmando que os benefícios da inclusão são de todos, e que os órgãos são responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Realizada em Nova Iorque, no ano de 2006, a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência, elucida que estas são:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (p.3).

Seu objetivo fundamental é que pessoas com deficiências, sejam elas crianças, adolescentes ou adultos, tenham seu lugar garantido no sistema educacional gratuito, e que nenhum motivo possa prejudicar a participação total, contendo qualidade, igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que habitam.

Outrossim, a Convenção de Nova Iorque é um dos documentos mais atuais sobre o direito das pessoas com deficiência. No artigo 24 são expostos fundamentos norteadores a serem utilizados nos sistemas educacionais de todas as nações signatárias, como podemos verificar a seguir:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;

b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;

c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;

c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;

d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

3. Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

a) Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares;

b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade lingüística da comunidade surda;

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

4. A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.

5. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

O Brasil inseriu esse documento em sua Constituição Federal por meio do Decreto Legislativo nº 186, promulgado em 9 de julho de 2008.

Não obstante, a Lei 7.853 de 1999, artigo 8º, dispõe que é crime “recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, matrícula de pessoa com deficiência em qualquer instituição de ensino, por motivos provindos da deficiência” (BRASIL, 1989).

O Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 descreve como deficiente quem possui limitações ou incapacidades para o desempenho de qualquer atividade, obtendo dificuldades com o comprometimento físico, a coordenação de movimentos,

tendo complexidade ao se locomover, na fala, na captação de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com a sociedade.

A Lei nº 13.465, de 12 de Janeiro de 2000, de acordo com Diniz (2007), a fim de estabelecer o conceito de pessoa com deficiência para fins de concessão de benefícios pelo Estado e, assim, obter o beneficiamento previsto na mesma legislação, ressalta que o conceito de deficiência tem um caráter político, com isso, consiste em ser um tema procedente admitido pelo estado, contendo um grande impacto nas políticas públicas, tendo em vista no ponto principal de caráter equitativo e assistência social.

Segundo Fávero (2007), na questão em que se refere a educação, a atual legislação brasileira proporciona uma considerável assistência legal sobre os direitos das pessoas com deficiência:

A constituição Federal, art. 208, § 2º, o Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 54 § 2º, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 5 § 4º, são até repetitivos em determinar que **o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente**. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 57, É ainda mais categórico no sentido de dispor que **o Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório** (págs. 73 - 4).

Contudo, sabe-se que as políticas públicas devem melhorar vez que, têm-se sim amparo legal, mais ainda precisa-se fazer muito mais para que os alunos com deficiência tenham o direito fundamental à educação verdadeiramente respeitado.

2.2 Acatamentos históricos

Constata-se que, no transcorrer do estudo a respeito da história das pessoas com deficiência, marcas inapagáveis de perseguição, discriminação, sofrimento e marginalização existiram. No momento cristão, os deficientes eram rejeitados, perseguidos e eliminados, existindo uma ausência total de atendimento, com isso estas ações vindas das pessoas ditas “normais” eram permitidas. De acordo com Pessotti (1984), a abordagem se modificava conforme os princípios de caridade ou

castigos predominantes na sociedade em que a pessoa com deficiência estava inserida.

Na Grécia Antiga, especialmente em Esparta, a valorização da ginástica, da dança, da estética, da perfeição do corpo sendo ele “forte”, “belo”, era um dos seus principais objetivos. Assim, se ao nascer, a criança apontasse alguma deficiência, vinha a ser eliminada, como uma forma de aprimorar geneticamente os seres humanos, apresentando como fundamento a ideia de que a criança não apresentava condições para ser um guerreiro.

Na Europa Medieval o aniquilamento de crianças com deficiência começou a ser combatido, pois o ideal cristão, que nessa época já tinham outra visão a respeito das pessoas com deficiência, as justificava como “possessões demoníacas” ou “castigos divinos”. (ALVES, et, Al., 2008: 63)

Segundo Rodrigues (2006), a igreja católica medieval, que possuía todo o conhecimento da época, esclarecia que as pessoas com deficiência existiam por plano de Deus, para este examinar a caridade das pessoas em sua volta.

Contudo essa visão não foi suficiente para abater a tortura a que estes indivíduos estavam submetidos, como cita Ribeiro e Daumel (2003).

Com a influência da doutrina cristã, passou a haver uma tolerância a essas pessoas e uma aceitação caritativa: por serem merecedores de caridade, deveriam ficar segregadas, recebendo moradia e alimentação. Há uma ambivalência nesse comportamento de uma sociedade que acredita explicar como ligadas à “expição de pecados” as causas dos problemas dos excepcionais, por isso estes merecem castigos e devem viver confinados. Desse período constam relatos de torturas e promiscuidade, da crueldade da inquisição, da qual muitas pessoas diferentes do que era considerado normal foram vítimas por conta de concepções fanáticas, mitológicas e tendenciosas, (p. 42).

Segundo Carvalho (2010), na época do Renascimento isso começou a mudar. Entre o século XVII e XVIII, as pessoas com deficiência passaram a serem vistas de maneira diferente, pois nessa época o conceito que a igreja católica havia empregado na sociedade não era mais aceito pela ciência.

Os estudos destacam que, nessa época, as pessoas com deficiência passaram a ser observados pelo ponto de vista da medicina. No mesmo período também começaram a aparecer alguns experimentos educacionais de forma positiva em determinados países da Europa (RIBEIRO; BAUMEL, 2003).

No Brasil, com a vinda de D. Pedro II em 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e em 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos, ambos na cidade do Rio de Janeiro, tornando-se os primeiros institutos especializados no atendimento às pessoas com deficiência.

O Asilo dos Inválidos da Pátria foi criado alguns anos depois e foi destinado aos ex-combatentes que foram mutilados em guerras. De acordo com Lemos (1981), havia vários motivos que provavelmente colaboraram para que as autoridades voltassem as suas atenções para esses indivíduos:

[...] o grande número de mutilados ocasionados pela I e II Guerras Mundiais, o contingente, cada vez maior, de pessoas vitimadas por acidentes de trabalho, como decorrência da mecanização da indústria, acidentes de trânsito, lesões congênitas e doenças causadoras de anomalias físicas (p. 27).

Consoante Mattos (1990), depois da Segunda Guerra Mundial surgiram muitas pesquisas com a perspectiva da reabilitação de pessoas com deficiência. O esporte foi utilizado em alguns casos, como vista da reabilitação social, física, psíquica e na prevenção de distúrbios.

O neurologista alemão Ludwig Guttman foi um dos responsáveis por tomar a iniciativa no Hospital de Stoke Mandaville, na Inglaterra, na década de 40, incluindo a prática desportiva nos procedimentos terapêuticos das lesões medulares, por saber da importância dos efeitos da prática desportiva no sistema neuromuscular, e assim, agir na motivação dos indivíduos, que sofriam com alguns problemas psicológicos carecidos ao ócio no hospital (PENDRINELLI, 1994).

De acordo com Mazzotta (1996), entre 1854 a 1956 a educação para pessoas com deficiência foi disseminada.

A partir da década de 50, do século XX, foi registrado que o atendimento a pessoa com deficiência começou a se expandir no Brasil, mesmo que de forma lenta, com o surgimento de diversas instituições beneficentes, entre as quais podemos destacar a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), construída em 14 de setembro de 1950, especializada no atendimento de pessoas com paralisia cerebral, deficiências físicas e pacientes com deficiência de cunho ortopédico.

Embora com boas iniciativas, as pessoas com deficiência eram, em geral, avaliadas somente como pacientes e dependentes de cuidados de especialistas,

demonstrando uma supervalorização constante ao modelo médico, que dominou por muito tempo.

2.3 Etapas da educação de pessoas com deficiência

Segundo Sasaki (1997), a história da educação para pessoas com deficiência tem quatro fases:

A primeira fase, que abrange todo o momento antecedente ao século XX, aconteceu a exclusão deste grupo do procedimento educativo institucionalizado. Estes eram proibidos a ter uma educação, avaliados como os “não educáveis”.

Na Segunda fase, que aconteceu a partir do século XX, é entendida como o momento da segregação. É nessa época que vem o surgimento das primeiras escolas especiais, tendo como objetivo oferecer uma educação voltada para necessidades específicas de cada deficiência. Portanto, embora não faziam parte do sistema regular de ensino, as escolas especiais foram as que possibilitaram o ensino escolar para as pessoas com deficiência (BEYER,2010).

Somente com o surgimento das escolas especiais, as crianças com deficiência obtiveram a chance de poder frequentar, finalmente, uma escola. Este foi na verdade o grande mérito das escolas especiais, isto é, elas se constituíram nas primeiras escolas que atenderam alunos com deficiência. As escolas especiais, portanto, não eram, como alguns pensam, escolas “segregadoras”, pelo contrário, integraram pela primeira vez as crianças com deficiência no sistema escolar, (p. 14).

No decorrer da metade do século XX, começam a ser debatidas novas metodologias de ensino e formas de serviços, fundamentados no princípio filosófico da normalização, que resistiam as intenções de segregação das instituições de ensino da época. A finalidade principal era tentar garantir, a igualdade e que as pessoas com deficiências tivessem as mesmas condições de vida mais próximas possíveis dos padrões ditos normais da sociedade. (RIBEIRO, BAUMEL, 2003).

É neste momento que se inicia a terceira fase, que foi reconhecida como integração que acabou surgindo a partir da década de 70, e proporcionava às primeiras ações de entrada de alunos com deficiência, às classes regulares, apresentando, assim, como principal objetivo, integrar o indivíduo com deficiência ao convívio social, com a intensão de aproximar da “normalidade”.

Contudo esta “oportunidade” era proporcionada apenas para aqueles que não tivessem uma deficiência severa. Diante disto, tinha-se uma idéia de que o

aluno é que precisaria se adequar a estrutura curricular e física da escola. Com isso tudo, se o aluno não conseguisse se adaptar, serviria de estímulo para aumentar a discriminação dos mesmos na sociedade.

A quarta fase, que surgiu e começa a ser discutida com mais vigor a partir da década de 80 e perdura até os dias atuais, é reconhecida como inclusão, a proposta principal está em ter um sistema de ensino que seja capaz de receber todos, independentemente de sua deficiência e/ou necessidade especial.

De acordo Mittler (2003), As diferenças entre integração e inclusão foram algumas alterações no fato de que a primeira significaria preparar os alunos para serem introduzidos nas escolas regulares, mas os mesmos que teriam que ter a responsabilidade em se adaptar, pois as instituições não queriam mudar os seus métodos, estrutura e o currículo para acolher os alunos considerados diferentes.

Omote (2003), afirma que no turno oposto ao ensino regular, poderiam acontecer alguns serviços de atendimento em classe ou na sala de recursos.

Já no caso da inclusão, o objetivo consiste em uma educação onde todos os alunos, com deficiência, que tenha ou não casos de necessidades mais severos e alunos sem necessidades educacionais, possam aprender juntos na classe regular, assim, podendo desfrutar dos serviços apropriados em educação especial de acordo com as necessidades individuais (CORREIA, 1997).

Diante disto a inclusão recomenda uma revolução nas estruturas das escolas atuais, no currículo principalmente, junto com ação pedagógica em sala de aula, e que se possa transformar todos os elementos educacionais regulares em escolas inclusivas.

Segundo Beyer (2010), o conceito de escola inclusiva tende a ser uma proposta ousada, pois nunca em vista, existiu na história da humanidade um sistema escolar que verdadeiramente atendesse a todos sem distinção.

[...] na história da educação formal ou escolar, nunca houve uma escola que recebesse todas as crianças, sem exceção alguma. As escolas sempre se serviram de algum tipo de seleção. Todas elas foram, cada uma à sua maneira, escolas especiais, isto é, escolas para crianças selecionadas. (BEYER, 2010, p.13)

2.4 Educação Física e as pessoas com deficiência.

Para discutir-se a relação entre Educação Física e as pessoas com deficiência, começaremos ponderando um pouco da história da formação em Educação Física no Brasil, pois auxiliará na discussão deste trabalho.

De acordo Oliveira (2007), as dificuldades existentes na formação profissional da Educação Física e a transparência no seu objeto de estudo estão sendo debatidos desde a criação do primeiro curso em 1934.

Nessa época os cursos de Licenciatura em Educação Física eram influenciados intensamente pela área médica e militar, pois a tendência era a formação de professores fundamentados fortemente em um modelo biológico, tendo como referência um ser humano base e não levava em consideração toda a heterogeneidade biopsicossocial dos indivíduos, o que para Oliveira (2007) completou por abalar os afastamentos destes cursos quando se confrontavam com o trabalho com alunos com deficiência.

Sabemos que não é um fator isolado esse caso na Educação Física, pois na época, a Educação para pessoas com deficiência tinha características ligadas a terapias e a medicina, que tinha como objetivo aproximar os indivíduos com deficiência o mais próximo do padrão “cartesiano” do ser humano.

Nesses anos de história da formação profissional em Educação Física no Brasil, vários estudos estiveram sendo realizados. Mas foram na década de 1980 que apresentaram mais intensidades os estudos pensados em Ciências Humanas e Sociais, procurando repensar o real papel da Educação Física brasileira.

Também foi nesse período, conhecido como a “crise”, com constantes críticas, “denúncias” na área, surgidas pela abertura política, onde de acordo Bracht (1996 apud DAOLIO, 1998, p. 78) que os autores da época começaram a “refletir sobre a Educação Física não somente como atividade técnica ou biológica, mas a encaram como fenômeno psicológico e social”.

Ainda na década de 1980, a formação do profissional em Educação Física passou então, a ser o centro das discussões, chegando-se à resolução 03/1987, do até então Conselho Federal de Educação (CFE), que elencavam as mínimas exigências e duração a serem analisados nos cursos de graduação em Educação Física (Licenciatura Plena e Bacharelado) (BRASIL, 1987). Sendo assim a resolução serviu como uma base norteadora dos cursos do país.

Na resolução de 1987, as necessidades da sociedade e as demandas profissionais da área foram revisadas, abrindo a possibilidade de criação do Bacharelado em Educação Física pelas instituições de ensino, surgindo no Brasil a necessidade de implantação de uma disciplina que debatesse nos seus currículos, temáticas referentes às pessoas com deficiência.

Segundo Silva (2005), não tem uma unificação na questão do ensino da educação física adaptada em relação aos cursos de formação, sendo tratada, na maioria das vezes, uma disciplina desarticulada na questão do conteúdo comparando com as demais.

De acordo com Ribeiro (2004), a criação dessas disciplinas nos currículos, demonstrou a falta de capacidade dos professores para prover essa disciplina nos cursos de graduação. Para resolver esse problema, a saída foi à criação de cursos de pós-graduação Lato Sensu, nos anos de 1980, apresentando como objetivo capacitar e qualificar professores a ensinar tais conteúdos nos currículos dos cursos de Educação Física das universidades. Esse fato nos revela as fragilidades da formação, na elaboração do professor para trabalhar com a diversidade.

[...] uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (DUARTE E WERNER, 1995, p. 9).

Medina (1983), relata que alguns problemas enfrentados, pelos Licenciados em Educação Física, que saem das instituições formadoras, é apresentar poucas noções a respeito do real sentido da Educação e Educação Física na escola, o que acaba reproduzindo, na sua prática, a supervalorização da competição, busca pela vitória e resultado, que são finalidades próprias do esporte de auto rendimento e assim desenvolver aulas baseadas em conceito como “ganhar ou perder”, “melhor ou pior” e “certo ou errado”.

Em pesquisa realizada por Luna (2005) foram encontradas características que destacam a responsabilidade de uma única disciplina no currículo de formação e ao seu professor, tratar os conhecimentos da Educação Física para pessoas com deficiência. Com tudo, os cursos abordam as disciplinas, que constituem o currículo de um indivíduo idealizado “padrão”, tendo projetos pedagógicos que formalizem e intensifiquem esse conhecimento de tal forma que seja desenvolvido algo com mais

intensidade sobre essa temática. E complementando o pensamento de Medina, Luna (2005) apresenta possibilidades para superação desta realidade:

Priorizar os espaços das práticas reais em vez de modelos prescritivos é uma forma de estabelecer bases mais concretas na promoção de didáticas que não ignoram as diferenças, ponto latente, já que trabalhar com um aluno padrão economiza esforços. É mais fácil ignorar as necessidades especiais, tornando a homogeneização uma prática comum. O professor não vê além dos alunos, não enxerga as pessoas. E a formação do profissional tem negligenciado neste ponto, inclusive com um grupo em especial, o das Pessoas com Necessidade Especiais (LUNA, 2005, p. 27).

Segundo Silva (2012) contudo, é indispensável que tenha uma modificação nesta compreensão educacional que a Educação Física Adaptada recomenda, sendo possível deixar o esporte de auto rendimento de lado no processo de escolarização, não como um objetivo das aulas na escola, mais sim como uma alternativa do aluno que, se quiser, poderá se apropriar dele fora do ambiente escolar.

3 METODOLOGIA

Para Boaventura (2011), a metodologia é um passo em que o pesquisador irá determinar onde e como será realizada a investigação, as características da pesquisa, o universo abrangente, a população, a amostra, os instrumentos de coleta de dados como: questionário, entrevista, formulário, observação, bem assim tabulação, análise e discurso dos dados e resultados, afirmando ainda que a escolha da metodologia depende do problema da pesquisa.

Com isso, esse estudo tem como aporte metodológico a abordagem qualitativa, uma vez que a mesma atende aos objetivos traçados pela pesquisa. Bodgan e Biklen (1994) ressaltam que “na investigação qualitativa fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumental principal.” (p.47) e que “os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos” (p.48).

O método da pesquisa foi a Documental, com o objetivo de analisar as compreensões, objetivos e perfil da formação dos alunos para inclusão no curso de Educação Física da Uneb – Campus/ IV. Levando-se em conta o contexto que vivemos, quais são as demandas sociais da nossa região. Assim então optamos por analisar documentos que tragam subsídios área e a partir disso compreender, quais as ações existentes que configuram essas necessidades, conforme esclarecemos nos procedimentos metodológicos.

Minayo (1994) a metodologia como um caminho do pensamento e a prática cumprida na abordagem da realidade, que ocupa um lugar central na teoria e trata do conjunto de técnicas a serem adotada para construção de uma realidade.

3.1 Caracterização da pesquisa documental:

De acordo com Gil (2007) a pesquisa documental pode se valer de determinados materiais que ainda não foram analisados, ou que podem ser reelaborados, dependendo dos objetivos da pesquisa. O autor analisa os materiais em “documentos de primeira mão” que podem ser diários, cartas, fotografias, gravações de áudio e vídeo, regulamentos etc; e os “documentos de segunda mão”, que são materiais que já sofreram uma análise, tais como relatórios de pesquisa,

tabelas estatísticas etc. O mesmo justifica que esse tipo de pesquisa beneficia a utilização de “fontes mais dispersas e diversificadas”.

Gil (2007) ainda expõe algumas vantagens para a pesquisa documental: os documentos são compostos de fontes fundamentais e duráveis de dados, pois resistem ao longo do tempo, o que os tornam as mais importantes fontes de dados/de qualquer pesquisa de natureza histórica. Idéia que também é corroborada por Silva (2009).

Outras vantagens seriam: o baixo custo da pesquisa, pois disponibilizaria do pesquisador basicamente o tempo necessário para a análise dos documentos, além de não exigir o contato com os sujeitos da pesquisa, pois muitas vezes o contato chega a ser impossível ou a informação pode ser “prejudicada pelas circunstâncias que envolvem o contato”. (SILVA, 2009. p.15)

Segundo Gil (2007) Um fato importante é que o pesquisador tenha consciência quem terá diversas implicações relativas aos documentos antes de decretar uma conclusão definida. Sendo assim as pesquisas feitas com base em documentos são muito importantes, não porque respondem o objetivo definitivamente, ou seja, o problema, mais sim pelo fato de proporcionar uma melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que possam conduzir a sua verificação por outros meios.

3.2 Procedimentos Metodológicos:

Inicialmente buscou-se coletar os documentos uteis ao desenrolar do estudo. Foram utilizados: o Projeto de Implantação do Curso de Educação Física na Universidade do Estado da Bahia na cidade de Jacobina; a Resolução nº 1508/2012; a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002; e, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Após a coleta, começou-se a avaliação destes, por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin, que consiste em um aglomerado de procedimentos de estudo das comunicações, que faz uso de estratégias sistemáticas objetivas de detalhamento do tema preceituado.

Na ilustre lição desta autora, existem três fases cronológicas da organização da apreciação do conteúdo, quais sejam: pré-análise, que se consubstancia em um período intuitivo no qual o que há são apenas especulações, mas que servirão para

sistematizar as ideias iniciais, gerando uma estrutura na qual serão desenvolvidas as operações seguintes; exploração do material, fase em que é feita a sistematização das decisões concebidas; e, por fim, o tratamento dos resultados e concepções. Ainda segundo Bardin (2004, p.97):

A fase da exploração do material consiste essencialmente em codificá-lo, esta codificação “corresponde a uma transformação, efetuada segundo regras precisas dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices”.

Outrossim, empenhou-se em buscar subsídios nos documentos em questão, a fim de embasar as ideias propostas, na tentativa de resolver a problemática norteadora desta pesquisa, utilizando técnicas usuais da análise de conteúdo para compreender, em cada texto. Essa fase versou num processo de codificação, interpretação e de inferências sobre as informações expostas nas publicações.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Apresentação do curso e o seu perfil

O departamento de Ciências Humanas do campus IV da Universidade do Estado da Bahia foi criado a partir da Faculdade de Formação de professores de Jacobina (FFPJ), fundada oficialmente, pela Lei Estadual 3.853 de 19 setembro de 1980, sendo publicada no Diário Oficial do dia 20/09/1980, com entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura que dispõe sobre seu funcionamento.

Foi em 07 de outubro de 1980, que a mesma teve o seu regulamento aprovado através do Decreto 27.598, tendo a criação da FFPJ e obteve um parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, autorizando assim seu funcionamento em 05 de novembro de 1980, sob o parecer 157/80 e sendo publicado no Diário Oficial de 31/02/80.

A fim de constituir o reconhecimento do desenvolvimento científico, tecnológico e visando a formação acadêmica com meio legal de promover a educação superior:

Com a Intenção de tentar diminuir a carência social dos diferentes segmentos da comunidade, em relação à micro região de jacobina no que tange a formação de nível superior, a Universidade do Estado Bahia – UNEB oportunizou a concretização do curso de Licenciatura em Educação de Física, com o objetivo de dinamizar o intercâmbio de ideias entre as unidades de ensino, seja a comunidade acadêmica e sociedade como todo.

Segundo Uneb (2005) O projeto para implantação do curso de Licenciatura em Educação Física foi enviado à Prograd em 31/08/1998 pelo campus IV e sendo aprovado pelo CONSU por meio da resolução nº117/03.

A proposta encaminhada à Prograd em 31/08/98 pelo Campus IV, para fins de apreciação, a qual reflete uma demanda sólida e ampla detectada na comunidade local e regional, sendo aprovada pelo CONSU através da Resolução nº 117/03. O mesmo encerra um processo de reflexão sobre as necessidades atuais para a formação de professores no âmbito da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, ocorrido a partir da publicação da Portaria nº 1444/2003, que criou a comissão de reformulação dos currículos dos cursos de formação de professores na UNEB, passando pela organização de oficinas para debate do tema, culminando com a apresentação da presente proposta. (UNEB, 2005. p. 03)

Abaixo é apresentada a concepção, competências e perfil profissional do curso.

Concepção do Curso

A concepção é teórico-filosófica que dará embasamento à formação do licenciado em Educação Física, que terá objetivo de compreender a Educação Física como um campo de intervenção, historicamente estabelecida com um tema e os subsídios da Cultura Corporal de Movimento – esporte, luta, ginástica, dança, jogo, entre outros, que se consolidam em diferentes práticas socioculturais, ações pedagógicas que revelam a constituição de unidade/totalidade da relação entre o sujeito e o mundo.

A quebra total da visão fragmentada de homem, tal qual existe hoje dentro dos cursos de Educação Física. É necessário a uma visão holística, que compreenda o homem como um ser indivisível.

A superação de práticas pedagógicas, usualmente adotadas nos termos exclusivos de base positivista, substituindo-as por práticas produtivo-criativas, vinculadas à atividade social, que estimulam a aprendizagem significativa.

A implementação de um modelo metodológico que contemple o estabelecimento de uma rotina didática, baseada na experimentação, por meio de atividades docentes, buscando eliminar a dicotomia teoria-prática.

O estabelecimento de uma relação professor-aluno dialógica e comunicativa, de forma que permita um processo de decisão, execução e avaliação participativa e cooperativa, numa perspectiva de construção coletiva, como deve ser a produção de conhecimento na Universidade.

A ruptura de uma visão idealista e abstrata de Educação/Educação Física, tendo como referência principal o processo de trabalho de intervenção sócio-pedagógica, como núcleo essencial da formação profissional.

A concepção do currículo, não como uma simples agregação e listagem de disciplinas, mas como um conjunto articulado de atividades, que possibilitam a transmissão do conhecimento, através de variados procedimentos pedagógicos e acadêmicos, adequados a seus conteúdos. (UNEB, 2005. p. 43)

Competências

Para formar profissionais com o perfil adequado, o curso de graduação em Educação Física tem o objetivo em desenvolver nos seus discentes as seguintes competências e habilidades, assegurando uma formação generalista, humanista e crítica, com rigor científico e filosófico, pautada no princípio ético.

Exercer, de forma contextualizada, uma função educadora de maneira ampliada, tanto na área escolar (da educação básica e/ou superior), quanto em outras, a exemplo de clubes, academias, condomínios, associações

desportivas, centros sociais urbanos, clínicas e treinamento personalizado entre outros;

Possuir um nível de criticidade sobre o conteúdo produzido ao longo da sua formação, voltado para o exercício pleno de sua cidadania e dos seus alunos;

Aplicar e contextualizar o conteúdo da Educação Física, na perspectiva de estimular a consciência crítica nos seus alunos, no momento em que estiver atuando nos vários campos;

Identificar, compreender e analisar criticamente as necessidades regionais e universais podendo refletir e decidir, de forma autônoma, sobre o que é significativo enquanto referência cultural, para que através de uma prática multidisciplinar produza novos conhecimentos;

Considerar o ambiente de trabalho um espaço coletivo, utilizando-o como um meio para suas ações, sem perder de vista a perspectiva da preservação e manutenção do mesmo. (UNEB, 2005. p. 44)

Perfil do Egresso

Professor graduado em Educação Física do Campus IV/UNEB deverá possuir amplo conhecimento da área específica, além de uma consistente formação na área pedagógica, capacitado em:

Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;

Dominar os métodos e técnicas para o ensino da Educação Física, nos diversos espaços de atuação profissional;

Utilizar a pesquisa e extensão enquanto meios de analisar e interpretar a Educação Física na sociedade;

Ampliar o conhecimento do aluno, através da diversificação e abordagem dos conteúdos da cultura corporal;

Exercer o papel de educador de forma autônoma, crítica e contextualizada;

Identificar as necessidades regionais e universais em relação à Educação Física;

Atuar de forma crítica e criativa frente à realidade social;

Reconhecer o seu papel social, enquanto educador e agente de transformação social. (UNEB, 2005. p. 44)

O objetivo deste curso é formação do profissional para atuar em todos os campos de intervenção da Educação Física, considerando a docência como base da intervenção profissional.

4.2 Análise da matriz curricular

O mesmo tem o objetivo de um oferecer uma matriz curricular com a capacidade de estabelecer um perfil acadêmico e profissional, sendo habilitado para atuar com eficiência e qualidade segundo prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física, tornando assim um salto qualitativo na formação profissional da área, visando também que esse profissional possa colaborar efetivamente nas condições em que se desenvolve a Educação e Educação Física e assim contribuir com comprometimento, pois requer uma assistência direta do professor em alguns elementos de demanda social.

A matriz curricular foi baseada através da Lei nº 9.394/96 de 12/1996, Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, as Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e 02/2002 e os Pareceres CEE/CES nº 138/2002 e 163/2002 que constituíram a necessidades de adequação das estruturas curriculares dos cursos de formação de professores.

De acordo com Uneb (2005) esses princípios foram fundamentais na organização curricular:

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

§ 2º Na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras. (CNE/CP nº 1/2002 p.06)

Organizada em dois núcleos: NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA e NÚCLEO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL e assim garantir aos professores a perfeita consistência no coletivo do espaço formal e não formal, colaborar para o progresso da qualidade do ensino e gerar a possibilidade de intervenção e transformação do contexto social.

Com tudo a Matriz Curricular é composta com oito blocos, cada um contendo um Eixo Temático Articulador, sendo que no primeiro ao quarto bloco receberam a denominação de PPP (Pesquisa e Prática Pedagógica) e do quinto ao oitavo PIEF (Pesquisa e Intervenção em Educação Física), os mesmos de cada bloco permitiram

a interação dos conhecimentos através da atividade de pesquisa e estudo. Disciplinas essas que ajudam na construção do acadêmico, potencializando suas produções intelectuais, acadêmicas ou de exploração no campo da pesquisa, portanto discutindo o processo de produção do conhecimento em Educação Física.

Em vista com esses princípios foi construída a organização formal do currículo em TÓPICOS DE ESTUDOS PARA FORMAÇÃO, determinados em função do que se analisou como básico e optativo na formação do profissional de Educação Física. Os mesmos foram compostos de EIXOS TEMÁTICOS que se agregaram e ao mesmo tempo foram articulados nos diversos componentes curriculares: disciplinas, pesquisa e prática pedagógica estágio, seminários temáticos e outras.

Existe ainda uma preocupação em proporcionar disciplinas que discutem temas atuais no âmbito da Educação Física tais como: atividade física na terceira idade, lazer, saúde coletiva e atividade física etc.

O enfoque permanece nas disciplinas que diz a respeito à inserção da pesquisa nos currículos, quem levam durante toda a formação e que o aluno possa ter contato com as técnicas de pesquisa, tirando o peso que sempre foi um problema na formação.

Esta matriz curricular vem de encontro à perspectiva contemporânea de se entender a importância da pesquisa como eixo central na formação dos novos profissionais, pois segundo Freire (2002) onde o mesmo argumenta que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino... No meu entender, o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. Esses que - fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (p. 14)

No primeiro tópico é garantido que os discentes tenham o acesso às bases gerais e amplas de formação, podendo assim definir o que realmente se estabelece como primordial, tendo noções gerais da docência e da gestão dos processos educativos.

De acordo com Uneb (2005) os tópicos de estudos para a formação básica são:

I – NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA

1º Bloco – Eixo Temático Articulador: Conhecimento e Identidade Profissional

- Aspectos Filosóficos da Educação Física (60h)
- A Biologia e a Prática da Educação Física (60h)
- Aspectos Históricos da Educação Física (45h)
- Os Campos de Atuação do Profissional da Educ. Física (Trabalho Orientado) (60)
- Laboratório de Vivências e Práticas Corporais (Ginástica) (60)
- Laboratório de Leitura e Interpretação de Texto (60)
- Pesquisa e Prática Pedagógica I (45)

2º Bloco – Eixo Temático Articulador: Bases Epistemológicas da Educação Física

- A Fisiologia Humana e a Prática da Educação Física (75h)
- Anatomia Humana e a Prática da Educação Física (60h)
- Aspectos Sociológicos e Antropológicos da Educação Física (75h)
- Fundamentos Psicológicos da Educação Física (75h)
- Aspectos Históricos da Educação Física (45)
- Laboratório de Vivências e Reflexões de Práticas Corporais (Natação) (60h)
- Laboratório de Leitura e Produção de Texto (60h)
- Pesquisa e Prática Pedagógica II (60h)

3º Bloco – Eixo Temático Articulador: Conhecimento e Prática Pedagógica I

- Educação Física, Currículo e as Políticas Educacionais (60h).
- Fisiologia e a Prática da Educação Física (60h)
- Cinesiologia e a Prática da Educação Física (60h)
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Capoeira (60h)
- Saberes Necessários à Docência (60h)
- Laboratório de Vivências e Reflexões de Práticas Corporais (Esportes Coletivos) (60h)
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Jogo (60h)
- Pesquisa e Prática Pedagógica III (45h)

4º Bloco – Eixo Temático Articulador: Conhecimento e Prática Pedagógica II

- As Dimensões da Avaliação no Processo Educativo (60h)
- As Práticas da Educação Física no Lazer (60h)
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Avaliação Funcional (60h)
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Atletismo (60h)
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Natação (60h)
- Laboratório de Vivências e Reflexões de Práticas Corporais (Dança) (60h)
- Pesquisa e Prática Pedagógica IV (45) (UNEB, 2005. p. 51)

Já o segundo e último tópico vem garantir que discentes vejam a Educação física com uma visão generalista, para que assim os mesmos possam atender às varias demandas da formação de profissionais, atuando em espaços educativos.

Os tópicos de estudos para a formação profissional são: Uneb (2005).

2 - TÓPICOS DE ESTUDOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

5º Bloco – Eixo Temático Articulador: Bases para Produção do Conhecimento e Intervenção Pedagógica I

- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Treinamento Desportivo (60h)
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Ginástica de Academia (75h)
- Aspectos Gerais na Prevenção de Acidentes na Atividade Física (60h)
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Futebol (60h)
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Handebol (60h)
- A Escola Como Espaço Reflexivo para Experiências Pedagógicas em Educação Física (Estágio I) (30h)
- Investigação e Reflexão Sobre Ações Pedagógicas na Educação Física Não Formal (Estágio II) (30h)
- Pesquisa e Intervenção em Educação Física I (45h)

6º Bloco – Eixo Temático Articulador: Bases para Produção do Conhecimento e Intervenção Pedagógica II

- Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Atividade Física na 3ª Idade (60h)
- Princípios Teóricos e Metodológicos do Basquetebol (60h)
- Princípios Teóricos e Metodológicos do Voleibol (60h)
- Princípios Teóricos e Metodológicos da Dança (60h)
- Educação Física e a Educação Especial (60h)
- A Escola Como Espaço Reflexivo para Experiências Pedagógicas em Educação Física (Estágio III) (30h)
- Investigação e Reflexão Sobre Ações Pedagógicas na Educação Física Não Formal (Estágio IV) (30h)
- Pesquisa e Intervenção em Educação Física II (45h)

7º Bloco – Eixo Temático Articulador: Atuação Profissional e Conhecimento Científico I

- Trabalho, Cultura, Tecnologia e Educação Física (60h)
- O Papel do Profissional de Educação Física nas Ações Administrativas (60h)
- Desenvolvimento de Ações Pedagógicas na Educação Física Formal I (Estágio V) (75h)
- Desenvolvimento de Ações Pedagógicas na Educação Física Não Formal I (Estágio VI) (75h)
- Trabalho de Conclusão do Curso I (60h)
- Pesquisa e Intervenção em Educação Física III (30h)

8º Bloco – Eixo Temático Articulador: Atuação Profissional e Conhecimento Científico II.

- Desenvolvimento de Ações Pedagógicas na Educação Física Formal II (Estágio VII) (75h)
- Desenvolvimento de Ações Pedagógicas na Educação Física Não Formal II (Estágio VIII) (75h)
- Trabalho de Conclusão do Curso II (60h)
- Pesquisa e Intervenção em Educação Física III (30h)

O campo de atuação dos graduandos visa buscar uma formação generalista para que assim todas as áreas sejam atendidas. Torna-los educadores é um perfil

traçado para os profissionais, tendo assim uma visão integralista do homem, apresentando várias habilidades, como dominar métodos e técnicas, ser autônomo, crítico e contextualizado, atuando com criatividade e garantindo o seu reconhecimento o seu papel social.

4.3 Análises das disciplinas

Conforme os instrumentos utilizados da proposta curricular, analisamos a carga horária, grade curricular e ementário da disciplina. Na instituição citada, o elenco conta com apenas duas disciplinas que versam sobre conhecimento específico, tratando, dessa forma, a questão da pessoa com deficiência.

As disciplinas Educação Especial e Libras só aparecem durante o quinto e o sétimo semestre do curso, ou seja, a partir do terceiro ano de curso e a carga horária de ambas são de 60 horas. A palavra deficiente, ou algo parecido, só esta presente no ementário de uma disciplina e não se encontra nas demais. Somente a disciplina Educação Especial trata do conhecimento específico da área.

Na Resolução nº 7, de 31 de março de 2004, as questões do PNE estão assim estabelecidas:

Art. 6º As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.

§ 1º A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando à aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. (p.2)

Art. 7º Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o

marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que se pretende formar.

§ 4º As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física. (p.3)

Com base no exposto, é importante destacar os que os parágrafos da Resolução nº 7/2004 são transcritos na íntegra do Parecer CNE/CES 0058/2004.

O § 4º, nos mostra que é dever da instituição assegurar a implementação de matérias, no curso de Educação Física, que se ocupam do trato com a pessoa com deficiência, para que sejam formados profissionais com competência para atuar com este grupo.

A ementa aqui exposta é referente aos anos 2005-2015 e assim expõe como foco:

Conceito. Causas. Consequências. Análise do portador de deficiência no ensino regular. O excepcional e suas relações sociais. Análise do portador de necessidades especiais e a legislação pertinente. Discussão sócio-cultural acerca das pessoas deficientes. Psicomotricidade, uma abordagem histórico-social. Reflexão sobre consciência do corpo “deficiente”.

Podemos então assim questionar: na disciplina consta o que é necessário saber/ensinar para o professor de Educação Física desenvolver um trabalho voltado à inclusão de alunos com deficiência?

Os conceitos que são abordados pela disciplina devem ser alcançados, mas não são suficientes o bastante para formar um profissional capacitado para trabalhar com a inclusão dos alunos com deficiência. O que se observou pela ementa da matéria em comento é que a mesma está voltada para uma abordagem geral da educação especial, apresentando os conceitos básicos, filosóficos, históricos e sociais, além da legislação.

Dessa forma, seria necessário ou a implantação de novas disciplinas, além das já existentes, que possibilitem uma melhor capacitação dos graduandos do curso de Educação Física, ou o aumento da carga horária, para que assim, tenha-se mais tempo para aprofundar as discussões de extrema importância para a qualificação dos futuros professores.

Nesse mesmo sentido, a disciplina Libras foi introduzida na grade curricular por exigência legal, sendo uma das principais imposições da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que lhe deu reconhecimento como meio inidôneo de comunicação.

O Decreto Nº 5.626, capítulo II, a fim de estabelecer o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, afirma que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

De acordo Almeida (2012), com essa medida, chegou-se a conclusão de que o principal objetivo da citada Lei, seria capacitar os profissionais para lidar com alunos surdos no sistema educacional, inclusive nos níveis iniciais de ensino. Assim, tal disciplina exige um conhecimento específico, basilar, para a formação desses professores no processo de inclusão.

Segundo do censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2000, há cerca de 5,7 milhões de brasileiros com algum grau de deficiência auditiva, destes, um pouco menos de 170 mil se declararam surdos (IBGE, 2000). O Ministério da Educação afirma que entre os anos de 2002 e 2010 a inclusão de estudantes surdos em turmas regulares passou de 25% para 69% e o número de escolas inclusivas cresceu de 8% para 44% (GUILHERME, 2011).

Conforme Rodrigues (2011), como é comentado por Medeiros e Viamonte, a disciplina de Língua de Sinais Brasileira tem como objetivo desenvolver-se em nível básico, sendo necessário obter as habilidades de compreender e se expressar como meio de comunicação com as pessoas surdas e, assim, discutir os fundamentos linguísticos da Libras, as perspectivas culturais dos deficientes auditivos brasileiros, implicações educacionais, as visões e suas histórias. Medeiros e Viamonte ressaltam que:

A Educação a Distância (EAD) pode ser compreendida como uma modalidade caracterizada por um processo de ensino-aprendizagem mediado por professores e tutores, realizado por recursos tecnológicos de informação e comunicação, que podem ser utilizados de forma isolada ou combinados, sem a presença física de seus participantes. Atualmente, esta modalidade tem se tornado bastante comum. E com a difusão e ampliação do acesso aos computadores e, por sua vez, à internet, temos visto emergir

uma nova configuração da EAD, junto ao crescimento vertiginoso da oferta de cursos online. (MEDEIROS E VIAMONTE, 2012)

Na resolução N° 1508/2012, anexo único, destaca-se pela aprovação de componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos de graduação, tendo um limite de até 20% da carga horária total do curso.

A- Quanto à caracterização da modalidade

(...) caracteriza-se a modalidade semi-presencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota. (Portaria MEC nº 4.059/2004).

B- Quanto às condições para oferta

1. Pode oferecer componentes curriculares na modalidade semi-presencial qualquer curso de graduação presencial **reconhecido**, desde que integrando formalmente o Projeto de Oferta Semipresencial sob a coordenação da PROGRAD/GDEAD.

2. Semestralmente, no período previsto no calendário acadêmico, o Colegiado de Curso/Departamento deve formalizar solicitação de adesão ao Projeto de Oferta Semipresencial, atendendo às orientações contidas nesta Resolução, observado o perfil docente exigido para cada sub-projeto:

2.1 para acompanhamento presencial na oferta do componente curricular Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), inserido ao Projeto de oferta à distância com docência compartilhada, coordenado pela PROGRAD/GDEAD: docente com formação ou experiência de ensino/pesquisa/extensão em educação especial, preferencialmente educação dos surdos ou LIBRAS;

2.2 para a oferta dos demais componentes curriculares, docente com indicação para o componente em oferta e formação ou experiência de ensino/pesquisa/extensão em educação a distância ou educação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O ementário correspondente à disciplina é: estudo teórico e prático dos aspectos de aquisição e desenvolvimento de Libras e análise dos fatores socioculturais da comunidade surda. Esta, na Uneb, é introduzida em EAD, com período de 60 horas, sendo ministrada por um professor regente, que é o profissional formado na área, além de um professor suplente, que é um tutor da disciplina, tendo aulas presencias com os mesmos e, ainda, a utilização de um portal que auxilia os discentes nas produções acadêmicas.

Indaga-se o seguinte: é possível aprender a língua de sinais em 60 horas?

Considerando-se a dificuldade de aprendizado de qualquer língua, que demanda tempo e dedicação, a língua de sinais (libras), não foge a regra, talvez sendo até mais complexa, vez que não utiliza símbolos alfanuméricos, mas sim expressões gestuais, escritas de forma ilustrada.

Ademais, insta salientar a carência de professores formados, que ministram a disciplina, sendo necessário que o discente tenha um maior comprometimento, pois as aulas não são periódicas, o que acaba por gerar uma demasiada quantidade de trabalhos a serem produzidos, para compensar a superficialidade das explicações causada pela mínima quantidade de horas aulas disponibilizadas durante a semana no ensino à distância.

Assim sendo, seria fundamental a inserção na grade curricular a extensão dessa disciplina, aumentando assim a sua carga horária ou algo que permita uma melhor capacitação dos graduandos do curso de Educação Física, para que assim, tenha-se mais tempo para aprofundar as discussões de extrema importância para a qualificação dos futuros professores.

Depois da análise documental, foi verificada, junto ao professor orientador, a existência de projeto de pesquisa ou extensão ao conhecimento sobre as pessoas com Necessidades Especiais. Algo que se destaca na busca da qualificação desses discentes é o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Especial e Educação Física Adaptada (GEPEFA), criado em 2012, cadastrado no CNPQ e vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o mesmo foi criado pelos professores Osni Oliveira Noberto da Silva e Jorge Lopes Cavalcante Neto, que são docentes do respectivo campus.

A área de estudos que predominam é Ciências Humanas e Educação, o objetivo é promover discussões ou pesquisas acerca da Educação Especial e Educação Física adaptada que se relaciona aos aspectos da formação, das estratégias de intervenção, dos desafios, perspectivas e demais implicações no atual cenário baiano e brasileiro dessa temática no campo da Educação e da Saúde.

O mesmo proporcionou a criação de dois projetos de extensão no Campus IV. O projeto Cuidar Ativo, sob a coordenação do professor Jorge Lopes Cavalcante Neto, que visa atender com atividades físicas e reuniões de grupo mães de crianças e adolescentes com deficiência da cidade de Jacobina e região e o projeto FORMADI, sob a coordenação do professor Osni Oliveira Noberto da Silva, que visa capacitar professores para lidar com alunos com deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva na sala de aula regular.

Em 2014 foi realizado o primeiro Congresso Baiano de Educação Especial e Educação Física Adaptada e I Seminário de Educação Inclusiva do Piemonte da diamantina (I CBEF e I SEIP), com o intuito de auxiliar a formação continuada a

professores que lidam com pessoas com deficiência, especificamente na região Nordeste do Brasil, em cidades que se localizam mais distante dos grandes centros urbanos, como Jacobina e região.

Com isso o CBEF contribuiu de forma significativa para a formação de professores para atuar na docência da Educação Básica, obtendo conhecimentos sobre as pessoas com Necessidades Especiais, onde esta importância pode ser ampliada a nível regional, além dos limites do município de Jacobina.

A implantação do curso de Especialização em Atividade Física para pessoas com Deficiência (UNEB) criado pelos professores Osni Oliveira Noberto da Silva e Jorge Lopes Cavalcante Neto, reconhecida como uma revolução essencial no campus IV, no âmbito da Educação Especial na região do Piemonte da chapada, fortalecendo assim o curso de graduação, ampliando sua produção científica.

A mesma tem o objetivo de qualificar os graduados em Educação Física no sentido de construir e reconstruir as bases conceituais, procedimentais e atitudinais para avaliar, produzir e implantar ações educativas para alunos com deficiência nos diferentes campos de atuação da área, discutindo e promovendo debates sobre o tema da Educação Física aplicada aos educandos com necessidades especiais.

A instituição vem mudando suas atitudes frente a esse processo, criando mecanismos de assistência à participação de acadêmicos para se capacitarem melhor e assim, garantir as pessoas com deficiência à inclusão que estes têm direito. Enfrentar as dificuldades que são impostas por essa problemática é o melhor caminho a seguir, buscando subsídios que possam garantir que o profissional formado seja habilitado para atuar com eficiência e qualidade segundo prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física (DCNs).

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi investigar como a formação para a supracitada inclusão ocorre no curso de Educação Física da Uneb – Campus IV. Percebeu-se que o curso julga as disciplinas Educação Especial e Libras como sendo de suma importância para a formação acadêmica, no entanto, embora tais matérias sejam

valoradas, estas não são aplicadas de forma satisfatória, vez que dispõem de carga horária insuficiente para capacitar os graduandos.

Apesar de o tema ser emergente, existem poucas pesquisas que o retratam, o que impede a implementação de uma grade curricular que favoreça uma melhor qualidade do curso de graduação em Educação Física. Ademais, a dificuldade de encontrar material foi um óbice ao estudo do debate em questão, haja vista só haverem indagações relacionadas aos aspectos positivos do oferecimento das cadeiras da forma em que estão estabelecidas no programa de ensino.

Diante dos pressupostos teóricos adotados para a presente pesquisa, conclui-se que existem algumas iniciativas que buscam uma mudança na concepção da inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do ensino escolar, visando que a formação dos graduandos em Educação Física possa atender aos preceitos essenciais a tal inclusão.

As duas disciplinas que tratam da educação de pessoas com necessidades especiais são trabalhadas isoladamente na grade curricular no curso de graduação, tendo uma carga horária pequena frente à sua necessidade. Fica a certeza que para discutir essas questões, tem-se que estruturar uma grade curricular onde todas as disciplinas contemplem a capacitação ideal para inclusão.

Os acadêmicos, quando cursam as já mencionadas disciplinas, estão perto do término do curso, o que ocasiona uma falta de pré-requisitos pertinentes à área, prejudicando assim uma possível qualificação, deveras necessária, ao processo de inclusão dos alunos com deficiência.

Por fim, espera-se que essa pesquisa sirva de ponto de partida para a discussão acerca dos percalços e possibilidades na formação profissional dos discentes em licenciatura plena no curso de Educação Física, podendo expandir o foco de estudo para além do exposto, como, por exemplo, qual seria a metodologia deste professor na inclusão da pessoa com deficiência, os desafios enfrentados pelo docente na busca da inserção do deficiente nas aulas práticas, o papel do profissional no tocante à acessibilidade desses alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de Almeida. **Libras na formação de professores: Percepções dos alunos e da professora**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina.

ALVES, A. T. L., Vieira, E. C., Soares, A. A., Garcia, M. H., Hostins, R. C. L. (2008). **Proposta curricular: especial: 1-7** [versão electrónica] acessado em 18 de Maio de 2015, em: <http://docs.google.com/viewer?>

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N A. de S. **Fundamentos de Metodologia**. 2. ed. ampl. São Paulo: Markron Books, 2000.

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisas em ciências: análises quantitativas e qualitativas**. Rio de Janeiro:LTC, 2007.

BERNARDES, Lilliane C. Gonçalves et al, **Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: Reflexões Bioéticas, Ciências e Saúde Coletiva**, jan-fev, ano/vol. 14, nº 001, Rio de Janeiro – RJ, 2004, pp. 31-38.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na escola**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação. 2010

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa: monográfica, dissertação, tese**.1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BOGAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Teimo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p.

BRASIL, CFE - **Resolução 03/87**, de 16 de junho de 1987, Brasília: Documenta 315/setembro, 1987.

_____. **Lei n. 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 out. 1989.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: SEF/SEESP, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96**. Brasília, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior.
Resolução n.7, de 31 de março de 2004.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora, 1997.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. Capítulo 3. In MINAYO, Maria C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAÓLIO, Jocimar. **Educação Física brasileira: autores e atores da década de 1980**. Campinas, SP: Papirus, 1998

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em : Qualidade – UNESCO**. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**, São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências**. In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**, 2ª Ed: WVA. Rio de Janeiro, 2007.

FRANCO, Maria Laura P.Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 3ª edição, Brasília: Liber Livro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a pratica educativa**. 23. ed, São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002. 165p

GUILHERME, P. **Surdos são Tratados como Incapazes de Aprender, diz Professora-Doutora**. Disponível em < <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/06/surdos-sao-tratados-como-incapazes-de-aprender-diz-professora-doutora.html>> Acesso em 07 agosto 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. População residente por tipo de deficiência. Brasília, DF, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 fevereiro de 2015.

LEMONS, Edison Ribeiro. **Educação de Excepcionais: Evolução Histórica e Desenvolvimento no Brasil**. Tese (Livre Docência). Universidade Federal: Fluminense, 1981.

LUNA, Christiane Freitas, **Educando para a diferença: análise crítica do conhecimento sobre pessoas com necessidades especiais nos currículos dos cursos**

de educação física, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.

MEDEIROS, Davi Vieira, VIAMONTE, Perola F. V. Simpson, **Libras On-Line na Formação de Professores: A Experiência da pedagogia a distancia da UFJF**. V Seminário Nacional de Educação Especial. Uberlândia 9 de out de 2012. Disponível em: http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarior/282_1_1.pdf. acessado em: 11 de agosto de 2015.

MEDINA, J.P.S. **A educação física cuida do corpo e “mente”**. Campinas, Papirus, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linhas de ação: sobre necessidades educativas especiais**. 2.ed. Brasília: Corde, 1997.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, João Danilo Batista de, **Concepções de deficiência: Um estudo das representações sociais dos professores de Educação Física no ensino superior**. 2007, Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia. Salvador

OMOTE, S. A. **Algumas tendências (ou modismos?) recentes em educação especiais e a Revista Brasileira de Educação Especial**. Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba, v.9, n.1, p.25-38, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos Humanos**, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948.

_____. Convenção sobre **Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** J

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em dezembro de 2006. Disponível em <http://www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf>. Acesso em 08 de Julho de 2014.

PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia**. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Orgs). **Educação Especial: Do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

RIBEIRO, Sônia Maria. A Formação acadêmica refletindo na expansão do esporte adaptado: uma abordagem brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.25, n.3 p. 57-69, maio, 2004.

ROCHA, Márcia S.O **Processo de Inclusão na Percepção do Docente do Ensino Regular e Especial**. Monografia apresentada como conclusão do curso de Pós-graduação em Educação Especial – Área de Deficiência Mental, Universidade Estadual de Londrina. 2000, p. 3-10.

SILVA, Osni Oliveira Norberto da Silva. **Implicações da fragmentação na formação profissional de Educação Física em Licenciaturas e Bacharelado para IES Baianas**. 2009. Monografia apresentada como conclusão de curso de Licenciatura em Educação Física, Universidade de Estadual de Feira de Santana.

SILVA, Osni Oliveira Noberto da Silva. **Os desafios da Inclusão nas aulas de Educação Física do ensino público regular: Mapeando a realidade de Feira de Santana**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Rita de Fátima da. **A ação do professor de ensino superior na educação física adaptada: construção mediada pelos aspectos dos contextos históricos, políticos e sociais**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

UNEB. CONSEPE - **Resolução 08/2012**, de 15 de agosto de 2012, Salvador: Documenta 2008/2012, agosto de 2012.

UNESCO. **Declaração sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien em 5 a 9 de março 1990.

_____. **Declaração sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**,